

GEOGRAFIA E ENSINO: A NECESSIDADE DE UM CONTRA-DISCURSO*

Vânia Rubia Farias Vlach**

Já tivemos a oportunidade de colocarl, após uma reflexão sobre a Geografia, o que inclui necessariamente o ensino, pois o seu prestígio resulta de sua institucionalização escolar, que caberia a nós, professores de Geografia, a elaboração de um contra-discurso.

Se falamos em contra-discurso, é porque sentimos a necessidade de mudança na maneira como se ensina tradicionalmente a Geografia. Lacoste é claríssimo: de modo geral, a Geografia escolar (e os respectivos livros didáticos) se limita(m) a "ensinar sem compreender"³. Ou seja, os alunos são obrigados a estudar esta disciplina mesmo sem compreendê-la. Evidentemente, isso não faz sentido, considerando-se que ela deveria — e pode, efetivamente — contribuir

decisivamente para uma compreensão crítica da realidade, por parte do educando.

Porém, a necessidade de um contra-discurso geográfico advém do seguinte: o discurso geográfico, seja o veiculado pelos meios de comunicação, o dos Estados-maiores, o dos órgãos de planejamento, o dos professores, é essencialmente ideológico.

Nossas atenções se voltam especificamente para o discurso geográfico escolar, ideológico no sentido de que lhe coube, historicamente, "passar" a idéia de pátria. Referindo-se à realidade francesa, e citando um texto de 1922 ("Sur l'enseignement de l'histoire, de la Géographie et de la chronologie", de autoria de Duchesne), Jean-Michel Brabant⁴ observa que a Geo-

* Texto: comunicação oral elaborado para subsidiar debate com um grupo de estudantes do magistério (São Paulo, dezembro de 1983).

** Professora do Departamento de Geografia/UFU.

1. VLACH, V. R. F., *A ciência geográfica e seu ensino*, comunicação apresentada na 35ª Reunião Anual da S. B. P. C., Belém (PA), julho de 1983.
2. CHAUI, M. de S., *Cultura e Democracia. O Discurso Competente e outras falas*. Ed. Moderna, São Paulo, 1982 (principalmente p. 15-38).
3. LACOSTE, Y., *Brader la Géographie... brader l'idée nationale?* Revue Hérodote nº 4, François Maspero, Paris, 1976, p. 9-66.
4. BRABANT, J. M., *Crise de la Géographie, crise de l'école*. Revue Hérodote nº 2 François Maspero, Paris, 1976, p. 94-102.

grafia deveria introduzir o ensino da História, que era o principal estudo.

Na medida em que sua função consistia em "passar" a idéia de pátria, um espaço nacional precisamente delimitado, "pode-se avançar a hipótese de que o discurso nacionalista reforçou a parte dos elementos físicos, porque ele sempre utilizou com predileção a gama das causalidades deterministas a partir dos dados naturais."⁵ Daj a "explicação" geográfica começar pela terra (que conduziu ao determinismo geográfico), que se descrevia e cuja imagem se reproduzia, via cartografia. Evidentemente, esta reprodução da imagem da nação, entendida como território, pois partia da descrição da terra, contribuiu ainda mais para a criação de uma ideologia nacionalista, acentuando o papel do ensino da Geografia.

Citamos o caso francês por causa do peso da chamada escola geográfica francesa no Brasil e também porque, embora ainda sem uma pesquisa específica, acreditamos que o mesmo processo, com algumas variações, tenha ocorrido em nossa realidade. A bem da verdade, continua ocorrendo: é só folhear os livros didáticos para se constatar a importância que se dá às dimensões do quase-continente brasileiro e seus abundantes recursos naturais.

Ou seja, não se trata de analisar a sociedade brasileira, mas confunde-se a sociedade com o território, invertendo-se a realidade, pois o seu desenvolvimento (capitalista, é bom que se diga) é possível dado o grande número de recursos naturais (afinal, este é o "país do futuro"), como se o território (e suas características) fosse o sujeito da História.

Esta concepção do território como sujeito da História, na base da ideologia nacionalista da Geografia como um todo, mas acentuada em seu ensino e extremamente difundida em seus livros didáticos, exige que se pense mais a respeito daquele que tem sido o ponto de partida da análise geográfica: a terra.

Na verdade, "Geografia" sempre esteve relacionada à descrição da terra, seja para atender interesses militares (estratégias) ou civis (comércio) do Estado. Interessa-nos explicar porque a Geografia institucionalizada ao nível de curso universitário inicialmente na Alemanha, na segunda metade do século XVIII, o fez exatamente sob a forma de descrição.

Apesar de toda efervescência das "luzes" do século XVIII, quando se propôs uma História Natural a partir do homem⁶, a influência do filósofo Kant, que deu início ao curso de **Geografia** em nível uni-

5. Idem, *ibidem*, p. 97.

6. v. QUAINI, M., *A construção da Geografia Humana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

versitário, predominou nesta disciplina. Por quê? E quais as implicações disso?

Acontece que Kant não privilegiou o significado do trabalho humano frente à natureza. Assim, o homem era descrito no conjunto maior, a terra, havendo também a preocupação de se descrever a sua distribuição na superfície terrestre. Portanto, a Geografia foi incluída no que ele chamou de ciências empíricas.

É importante ressaltar que Kant permaneceu preso ao humanismo burguês: o século XVIII marca a ascensão da burguesia ao poder (Revolução Francesa), de tal forma que a separação entre o natural e o social interessava-lhe na medida em que as questões sociais poderiam ser "naturalizadas". E a "naturalização" do social é a essência do positivismo: existem apenas fatos, que não têm nada a ver com os valores sociais, que devem ser objetivamente descritos e classificados. É bom que se acrescenta que as análises positivistas partem do pressuposto de que o social é um fato (como os naturais), e não uma questão (e neste equívoco também incorrem obras pretensamente dialéticas, mas que continuam estudando as "fatos geográficos").

A segunda metade do século XVIII é marcada pela ascensão da burguesia ao poder do Estado, um Estado que vai se confundir com a nação (Estado-nação) porque, para se manter no poder, a burguesia

percebeu que a força bruta/o poder militar (a repressão) não eram suficientes, ainda que necessários. Para se manter e se expandir, seria necessário fazer com que as suas idéias/os seus valores, isto é, os seus interesses, fossem transmitidos e principalmente impostos para a sociedade inteira, como se tais valores fossem efetivamente os valores de todos os seus integrantes, pressupondo uma sociedade homogênea e harmônica. Mas, como "passar" esta ideologia para toda a sociedade?

Entre as várias transformações introduzidas pela burguesia (industrial) com vistas à sua manutenção e expansão, a mais importante, a nosso ver, foi a organização da escola que, veiculando a ideologia dominante, não só dificultava e impedia a crítica da sociedade dividida em dominantes e dominados, como também adestrava a mão-de-obra que interessava à indústria (uma mão-de-obra barata e dócil, que sequer percebesse a parcelização do seu trabalho e seu ritmo mecânico, alienante, sempre igual).

E a Geografia tornou-se uma disciplina obrigatória da escola elementar com a função de difundir a imagem da pátria (a História se encarregou da apologia de seus heróis), cujos valores seriam os mesmos para toda a sociedade, pois procediam dos feitos heróicos de homens em um dado território, delimitado e cartografado. Valorizando a terra (que "os viu crescer"), o discurso geográfico escolar tornou-se nacionalista e determinista.

O determinismo, isto é, a terra como sujeito da História de uma determinada sociedade, é muito frequentemente associado ao nome de Ratzel, a quem se contraporia La Blache (e o possibilismo).

Entretanto, na medida em que o possibilismo parte igualmente da terra, apesar de acentuar que o homem pode transformar o ambiente em que vive, pode-se qualificá-lo como uma 'revolução' no pensamento geográfico? A análise não só parte da terra, como também o homem de que fala é um homem abstrato, isto é, não se trata de uma abordagem em termos de classes sociais. É suficiente observar a ênfase dada aos "gêneros de vida" — como os homens-habitantes de uma dada região haviam, no decorrer do tempo histórico (cronológico, linear), se adaptado àquele ambiente. Aliás, segundo suas próprias palavras, "a Geografia é ciência dos lugares, não dos homens"⁷. Neste sentido, o possibilismo lablachiano nada mais é do que uma contra-revolução no pensamento geográfico.

Em outras palavras, tanto o determinismo quanto o possibilismo, no contexto da análise das relações homem-natureza, contribuíram para inculcar a idéia do nacionalismo, ao mesmo tempo que justificaram a expansão do imperialismo. No caso da Alemanha, a idéia de superioridade da raça ariana a justificou; no caso da França, foi sutilmente justificada

pelo ideal de levar a sua cultura aos povos da África e da Ásia.

Se, conforme acreditamos, cabe a nós, professores de 1º, 2º e 3º graus, a elaboração de um contra-discurso em Geografia, é necessário trabalhar de maneira crítica a nossa realidade, que não se confunde com as características de um território nacional; realidade cuja dinâmica se explica no "como", no "porquê", no "para quem" e no "por quem" este território foi apropriado e continuamente se transforma, a tal ponto que hoje corresponde à "segunda" natureza.

E é imprescindível que o seu ensino, já no 1º e 2º graus, atente para a observação e a necessidade de explicação das questões que a realidade coloca, cotidianamente. Estas questões, desde a do meio ambiente do Pantanal, da Amazônia ou das cidades e suas periferias, a das camadas de solo férteis carregadas anualmente pela erosão, até a dívida externa, são sociais, isto é, políticas e econômicas. Ignorá-lo ou esperar pelas "soluções" dos "especialistas" significa a manutenção do discurso geográfico tradicional, mas atual, não obstante a (sua) ideologia nacionalista já estar sendo contestada por parte dos ideólogos do capitalismo. Afinal, vivemos sob o capitalismo da dispersão dos estabelecimentos das multinacionais... De qualquer forma, nacionalismo e imperialismo não são estanques entre si. Mas, certamente, é uma questão para uma próxima reflexão.

7. Apud QUAINI, M., op. cit., p. 48.